UNIVERSIDADE FEDERAL DO PR – SETOR LITORAL
CURSO DE ESPECILIZAÇÃO EM QUESTÃO SOCIAL NA INTERDISCIPLINARIADE

REFLEXÃO DA AÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE AOS CONFLITOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA

MATINHOS
NOVEMBRO/ 2015

CINTIA CORDEIRO CARNEIRO TEODORO

REFLEXÃO DA AÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE AOS CONFLITOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA

Trabalho apresentado como conclusão do curso de especialização em Questão Social na Interdisciplinaridade, como requisito para a obtenção de conceito final de especialização. Professor(a) mediador: Ernesto Jacob Kleim.

MATINHOS

NOVEMBRO/ 2014

Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
UFPR Litoral
Curso de Especialização em Questão Social
pela Perspectiva Interdisciplinar

PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Orientador, Professor Doutor **ERNESTO JACOB KEIM**, realizaram em **12/12/2014** a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **CINTIA CORDEIRO CARNEIRO TEODORO**, sob o título "***REFLEXÃO DA AÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE AOS CONFLITOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA***", como quesito parcial para obtenção do Título de *Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo recebido conceito "APL".

Matinhos, 12 de dezembro de 2014.

Profº. Dr. Ernesto Jacob Keim

Profª. Dra. Ana Elisa de Castro Freitas

Prof. Dr. Maurício Cesar Vitória Fagundes

CINTIA CORDEIRO CARNEIRO TEODORO
Estudante

Conceitos de aprovação
APL = Aprendizagem Plena
AS = Aprendizagem Suficiente

Conceitos de reprovação
APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente
AI = Aprendizagem Insuficiente

OBSERVAÇÃO
CASO O(A) ESTUDANTE SEJA ORIENTADO(A) A REFORMULAR SEU TRABALHO, DEVE-SE REGISTRAR NO VERSO OS REQUISITOS APONTADOS PELA BANCA PARA O ACEITE FINAL DO TRABALHO.

REFLEXÃO DA AÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE AOS CONFLITOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA

Cintia C. C. Teodoro[1]

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre a contribuição do Serviço Social na Educação, principalmente através da atuação do profissional dentro das escolas públicas. Basicamente o objeto de estudo escolhido é o da realidade da escola municipal João Gualberto da Silva, de Educação Infantil e Ensino Fundamental, localizada no município de Guaratuba, Paraná e que atualmente vive uma dinâmica problemática com seus alunos egressos, onde a depredação e os arrombamentos tornaram-se uma constante. A intenção é buscar caminhos para o questionamento: De que forma o assistente social poderia interferir e contribuir para que a atitude desses estudantes egressos seja diferente da que ora se apresenta? Dessa forma pretende promover encaminhamentos frente à atuação profissional do assistente social, tendo por base, uma gestão escolar coletiva, que conduza a comunidade à politização e conscientização das questões que a cercam, assim como, ao engajamento dos sujeitos em ações que fortaleçam a comunidade sobre os aspectos político, social e cultural.

PALAVRAS CHAVE: Serviço Social, educação, participação coletiva, cidadania.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo caracterizar a importância e a possibilidade do Assistente Social atuar dentro das escolas, com a finalidade de atuar de forma dialética entre os espaços escolares e suas propostas político pedagógicas, com os diversos contextos sociais próprios dos sujeitos que convivem no espaço escolar.

Além disso, procura também definir dentro da função social da escola, o caráter de formador de espaços democratizantes e capazes de se tornarem sujeitos cientes de seu lugar na história. Diante desta proposta se procurou definir através de pesquisa bibliográfica, o desenvolvimento atual da profissão de Serviço Social se estabelecendo frente a paradigmas progressistas e compromissados com a mudança social.

Nesse sentido a escola, enquanto espaço capaz de proporcionar a transformação social se mostra como um palco de intensa expressão das questões

[1] Cíntia Cordeiro Carneiro Teodoro, professora pedagoga, concluindo curso de especialização em Questão Social na interdisciplinaridade na universidade federal do Paraná setor litoral.

sociais. Nesse contexto são grandes os anseios para que surjam caminhos e respostas que conduzam à condição de transformação que a sociedade almeja. Para tal é essencial que sujeitos pertencentes à comunidade escolar, envolvam-se de diferentes maneiras nesse processo. Esse movimento pode ser lançado pelo Assistente Social na medida em que, estimule os docentes e gestores da escola, para o debate do que vem a ser políticas públicas como recurso para ampliar as possibilidades de ação, contra o que gera miséria e marginalização. Assim como nos aponta (ALMEIDA, 2011: 12):

> A educação organizada sob a forma de política pública se constituiu em uma das práticas sociais mais amplamente disseminadas de internalização dos valores hegemônicos na sociedade capitalista. A partir das lutas sociais, em especial da classe trabalhadora pelo reconhecimento de seus direitos sociais, tornou-se também condição importante nos processos de produção de uma consciência própria, autônoma, por parte desta própria classe e de suas frações.

De acordo com Souza (2008) o Assistente Social se constrói e se reconhece na área da educação a partir do conhecimento, dos saberes e das competências pertinentes para intervir/interagir nesse contexto. Entende-se que este profissional tem condições de atuar na escola, compreendendo as realidades sociais nela contidas, pois nela estão presentes os desafios da sociedade como um todo com destaque para as relações de poder com seus interesses e particularidades. Assim, o profissional de Serviço Social se mostra como agente que pode contribuir para o funcionamento da estrutura escolar, de acordo com as realidades sociais que são encontradas no interior da escola, buscando interação com a comunidade. Através dele as necessidades da comunidade poderão ser trabalhadas para melhorar a relação no espaço escolar, de tal forma que, sua mediação entre os sujeitos torna-se um meio para o êxito das propostas da escola e um meio para que os sujeitos exerçam a sua cidadania.

Segundo Morin (2003) a educação para a cidadania deve ser uma educação contextualizada, global, multidimensional e complexa. Desta forma, o indivíduo deve também ser visto como um ser global, inserido numa família e comunidade.

Sendo assim, os indivíduos e suas realidades são de total importância para a elaboração de projetos educacionais para que alcancem êxito em suas propostas. Nesse sentido, cabe citar LIBÂNIO, 1987, que entende a educação como prática na

qual os/as alunos/as e os/as professores/as buscam a apreensão da realidade pela consciência crítica, voltada, sobretudo, para a transformação social.

Educar para a cidadania é fazer de cada um, agente da transformação social e para tal se faz necessária a compreensão dos contextos históricos que tornaram a sociedade desigual e injusta. Tal compreensão nos leva à formação política que é extremamente fértil em solo escolar, porque segundo Keim (2011, p.28) ,"política se constitui um processo de consciência, debate e responsabilidade assumida pelas pessoas frente às forças e poderes que sofre e exerce" e nas escolas esses aspectos estão presentes em inúmeras ações, reações e reflexões, docentes, discentes e de gestão, assim muitos outros espaços podem proporcionar esse caminho, mas é na coletivização democrática do ambiente escolar que ele florescerá de forma mais substancial.

Considerando tal magnitude da educação, Cecília Peruzzo constata que:

> Estes são apenas alguns dos indicativos da importância histórica da educação para a cidadania em sua contribuição para alterações no campo da cultura política, por meio da ampliação do espectro da participação política, não só em nível macro do poder político nacional, mas incrementando-a a partir do micro, da participação em nível local, das organizações populares, e contribuindo para o processo de democratização e ampliação da conquista de direitos de cidadania.

Essa condição remete à identidade humana que é dinâmica e segundo Freire(1996) , inconclusa, inacabada e incompleta, gerando um contraponto pelo fato de a escola, assim como outras instituições, encontrar-se regida pelo sistema de normas legais do Estado e também no sistema de direitos universais do cidadão. Não obstante este fato, cada escola encontra-se dentro de sua própria realidade cultural, regional, econômica e geográfica, as quais lhe conferem sentido e significado, segundo Mello (2005, p. 175):

> Esse pequeno sistema social que chamamos escola, apesar das normativas homogêneas dos sistemas de ensino e de uma aparência uniforme aos olhos mais desavisados, desenvolve seu próprio conjunto de normas e valores e, principalmente, sua própria cultura. Não se trata de tomar as escolas como instituições isoladas do contexto social. Muito ao contrário, os valores da sociedade constituem uma matriz da cultura escolar.

Um dos desafios do Assistente Social inserido nas escolas encontra-se justamente na mediação das realidades dos alunos com as propostas educacionais,

priorizando que as ações oportunizem a autonomia dos sujeitos e a formação de uma consciência cidadã.

Nesse sentido a atuação do profissional de Serviço Social deve se pautar em uma postura crítica diante das realidades, com base em seu aporte teórico e em relação dialética à proposta político pedagógica da escola onde atua, obrigatoriamente voltado à justiça social e ao empoderamento das classes populares.

Sua contribuição está na construção conjunta ao coletivo escolar com suas formas de lidar com os desafios que a educação vive atualmente. Inclusive contribuindo para o questionamento de que modelo político pedagógico a escola adota, se o da manutenção da hegemonia social ou o da transformação através da conscientização dos sujeitos nela envolvido, promovendo a interação com o entorno.

O profissional de Serviço Social também pode atuar na socialização, participação e capacitação de toda a comunidade escolar, sem dedicar-se exclusivamente ao caráter de atendimento emergencial das necessidades sociais que surgem no dia a dia da escola.

Tendo por base a proximidade do Assistente Social à comunidade, este pode discutir e trazer a comunidade para a escola, demonstrando o quão importante e necessária é a sua atuação no processo de gestão democrática e o quanto a comunidade tem a ganhar com este movimento. Assim, o Assistente Social pode ser um fio condutor para demonstrar que participar dos projetos e necessidades da escola é também uma forma de aproximar e tornar possível os projetos e necessidades da comunidade.

Segundo CANIVEZ (1991),

> a ação política é sempre ação com e sobre os outros, “não posso agir sem me dirigir a outras pessoas. Agir é tomar iniciativa, decisões, é falar, solicitar assentimento e o acordo do outro, é provocar reações. Quando estou agindo provoco nos outros reações diversas e sou agente porque começo algo, e também paciente porque sofro as consequências disso.”

Como vimos, política envolve força e poder e a atividade de mediação destas relações constitui um momento de aprendizado e qualificação e de mobilização do sujeito político, sendo o profissional de Serviço Social um agente de mobilização e de fortalecimento das práticas dentro dos grupos sociais, uma vez que as competências e atribuições das(os) assistentes sociais, nessa perspectiva e com

base na Lei de Regulamentação da Profissão, requisitam do(a) profissional algumas competências gerais que são fundamentais à compreensão do contexto sócio-histórico em que se situa sua intervenção, a saber:

- apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade;
- análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e as particularidades regionais;
- compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (ABEPSS, 1996).

No contexto desse artigo reafirmamos a ação do Assistente Social como agente que debate e questiona as ações humanas apontadas como de cidadania, como lembra Marilena Chauí (1984) ao destacar que:

> cidadania se define pelos princípios da democracia, significando necessariamente conquista e consolidação social e política. A cidadania exige instituições, mediações e comportamentos próprios, constituindo-se na criação de espaços sociais de lutas (movimentos sociais, sindicais e populares) e na definição de instituições permanentes para a expressão política, como partidos, legislação e órgãos do poder público.

Dessa forma o presente artigo parte da condição de uma realidade na qual jovens que vivem no entorno da Escola Municipal João Gualberto da Silva, de Ensino Fundamental, no município de Guaratuba, Paraná, muitos deles egressos da própria escola, exercem uma ação de depredação da escola, lançando pedras, ovos e outros objetos, quebrando os vidros dos ônibus e arrombando as portas para cometer atos de vandalismo. Essa questão justamente se caracteriza como ponto de motivação desse estudo que tem como problema o seguinte enunciado: De que forma o assistente social poderia interferir e contribuir para que a atitude desses estudantes egressos seja diferente da que ora se apresenta?

Como objetivos o presente artigo tem a intenção de debater as causas e possibilidades de mudança frente aos índices de violência, que perpassam todas as

classes sociais, fortalecendo o papel da escola como polo irradiador de cultura e de ações político pedagógicas da interação entre escola e comunidade, aproximando-as a fim de provocar mudanças em suas relações, além de envolver os jovens na elaboração e execução de projetos que os qualifiquem para um melhor exercício de sua cidadania.

Nessa perspectiva se parte da possibilidade de a sociedade atual almejar ainda mais a participação da escola. Se em outro tempo, a escola foi um ponto de resistência, de possibilidade de transformação contra a desigualdade e injustiça social, hoje ela torna-se ainda mais importante, frente às transformações que nosso mundo vive, sejam de ordem política, econômica ou cultural. As estruturas das relações de produção e trabalho alteram-se ainda mais, mudando o perfil necessário para se exercer um trabalho, exigindo hoje um trabalhador mais técnico, com maior capacidade de decisão e necessitando-se com isso de uma formação que possibilite esse novo perfil. Além disso, essa nova sociedade altera diretamente a forma como se pode exercer a educação dentro da escola, mudando também as relações entre professor e aluno e escola com a sociedade.

Com as novas tecnologias o trabalho do professor sofreu alterações profundas de tal forma que os alunos não recebem mais as informações da forma como recebiam antes e nem pensam da forma como pensavam antes. O modo de vida contemporâneo é outro, as pessoas vivem mais isoladas, menos solidárias e com maior dificuldade para estabelecer relações afetivas e duradouras. Para Costa (2002, p.80), —"[...] nada nos autoriza a afirmar que a mídia impõem significados ou interpretações aos seus espectadores", mas sem dúvida podemos entender que esse processo tem acontecido e se pode perceber que é nessa realidade que a escola deve trabalhar hoje. Além disso, essa mesma mídia instiga, seduz, provoca para uma cultura de consumismo que muitas vezes produz desejos que não podem ser atendidos, provocando a revolta e a frustração em um mundo, que diz mais não do que sim, onde o negar predomina sobre o aceitar e concordar.

Os significados da escola, como ambiente formal de aprendizagem, para os jovens da sociedade atual são um indicativo de que novos caminhos devem ser seguidos. A pesquisadora Aline Fávaro, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), apresentou em entrevista à Revista Educação, seu estudo para elaboração da dissertação de mestrado *O Jovem autor de ato infracional e a educação escolar: significados, desafios e caminhos para a permanência na escola*,

no qual indicou que: “a juventude em geral não vê nada de significativo na escola. No caso desses alunos, não podemos falar em causa e efeito provocado pela evasão e a infração. Temos que considerar outros fatores, como a violência da comunidade na qual estão inseridos".

A realidade da escola alvo da investigação

A escola escolhida para objeto de estudo desse artigo é a Escola Municipal João Gualberto da Silva, localizada no município de Guaratuba, Paraná, no bairro Mirim, atendendo em dois turnos, matutino e vespertino, com um total de 320 alunos, instalada no mesmo prédio da escola estadual do bairro e atuando no mesmo horário que esta. A escola é chamada de “escola de superação”, pois nela vem sendo realizado um trabalho pedagógico de recuperação da qualidade de ensino devido aos números inferiores de IDEB que a mesma vinha apresentando. A equipe que nela atua é bastante engajada nesse propósito, suas professoras estão compromissadas com o PACTO, Programa para a Alfabetização em Idade Certa, do Governo Federal, e vem atuando de forma a trazer novos significados para a educação e para os alunos que estudam na escola. Além disso, é comum que as próprias professoras se mobilizem, junto a equipe pedagógica, para ir de encontro a alunos evadidos ou que apresentem problemas escolares, debatendo ativamente com as famílias possibilidades de melhorias no processo de ensino e aprendizagem.

A comunidade onde a escola municipal João Gualberto se localiza é historicamente de pescadores, sitiantes e tecedores de cipó. É um local onde as pessoas se conhecem pelo nome, sabem a história das famílias e ainda possuem o costume de se encontrar para contar os causos e se reunir em festividades. Por possuir ainda uma boa área de mata Atlântica, nos últimos anos recebe um grande contingente de posseiros, que aos poucos vão abrindo áreas da mata para construir suas casas e transformando culturalmente a região. A falta de emprego, o aumento da violência e do tráfico de drogas, vem aos poucos contribuindo para que o bairro que outrora foi uma colônia tranquila de pescadores se transforme hoje em um local violento e com poucas perspectivas para os jovens que nele residem.

Atuando como educadora na escola e sendo moradora da comunidade, percebo que a cada ano as relações se destradam. O que já foi um bairro em que todos se conheciam e que preservava características de tranquilidade e segurança,

hoje está muito diferente, não só pelo fato de estar em desenvolvimento, com ruas novas sendo abertas e pessoas que não faziam parte da comunidade, vindo morar nele, mas porque o próprio consumo de drogas e o tráfico acabaram por desagregar famílias já pertencentes ao local. Quanto aos jovens, sinto que procuram alguma coisa a que se apegar, a necessidade natural de pertencer há algo, bem como de encontrar a sua identidade e seu lugar no mundo. Embora haja essa necessidade que sabe-se cultural, de pertencimento, são quase inexistentes ações no bairro que ofereçam uma perspectiva construtiva para eles.

Buscando aprofundar o olhar sobre a questão, foi realizada uma pesquisa para observar a opinião da comunidade sobre os atos dos alunos egressos, realizada com 10 pessoas entre elas professores e pedagogos da rede pública, estadual e municipal, alunos, pais de alunos e membros do efetivo policial que atende a região. As perguntas foram realizadas mediante encontros marcados, onde se especificou o objetivo da pesquisa, em um primeiro momento percebeu-se a ressalva dos entrevistados em identificarem-se, seja por nome ou questionário preenchido, devido ao temor de haver algum tipo de comprometimento ao falar de jovens da região que vem comprometendo estes atos de depredação. Optou-se por realizar a pesquisa em forma de conversa, onde os dados foram sendo registrados visarando saber sobre o conhecimento das pessoas sobre os casos de depredação, sobre quem os pratica, a sua opinião sobre o que os leva a praticar tais atos e as possíveis soluções para a situação.

Em geral os entrevistados conhecem os fatos que vem ocorrendo em nossa escola. A maioria dos entrevistados atribui os atos a mais de um fator agindo em conjunto, sendo mais apontados:

- a degradação social na qual esses jovens se encontram com formação de gangues (aliciados pelo tráfico);
- a falta de perspectiva;
- a necessidade de contestar as instituições (sendo o foco a escola);
- o distanciamento da instituição escola, da comunidade.

Já no que diz respeito a apontar soluções as respostas foram mais variadas, como sugestões foram apresentadas:

- patrulhamento;
- prisão;
- combate ao tráfico;

- maior proteção para a escola;
- projetos que resgatem o vínculo entre escola e comunidade.

Algumas conversas foram realizadas com os alunos egressos, sendo que os mesmos em algum momento foram apontados pela comunidade escolar, ou por seu entorno, como participantes dos atos de depredação, sem que isso tenha sido comprovado oficialmente. Nessas conversas estes jovens negaram as depredações e disseram desconhecer os motivos pelos quais isso aconteceu. Quando perguntado a eles sobre as atividades que realizam em seu tempo livre, responderam que ficam andando pelo bairro, conversando com os amigos, sendo que alguns admitiram que, buscam casas fechadas ou terrenos baldios para consumir drogas e conversar.

Com esse breve diagnóstico podemos apontar que a comunidade escolar percebe as dificuldades sociais que atingem a comunidade e a escola, mas que no momento da intervenção as posturas são mais voltadas ao caráter coercitivo e punitivo, não preventivo e com pouca visão da necessidade de integração entre família e escola.

Diante do levantamento realizado, evidencia-se ainda mais a necessidade de intervenção do assistente social como mediador do processo de aproximação e participação da comunidade na escola, dando novo significado a esse espaço.

Possíveis alternativas para melhorar a relação dos egressos com a escola

Quando nos propomos a acreditar na transformação da sociedade, de confrontar a realidade que se apresenta com o que acreditamos, de dizer não às injustiças e à desigualdade social, estamos adotando uma postura ética. Mas não é apenas uma postura, é mais que isso, um propósito de luta, Paulo Freire(1996) afirma, “A ética de que falo é a que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, de gênero e de classe. É por esta ética inseparável da prática com jovens ou com adultos, que devemos lutar.”

A tarefa requer embasamento, conhecimento das causas pelas quais a construção histórica da nossa sociedade se fez desigual, e também estudo da postura e do reconhecimento de que a coletividade poderá transformar a sociedade. Cabe destaque também que nosso papel nessa transformação é tão importante quanto o do outro, uma vez que o reconhecimento em nós mesmos da condição de

professor e oprimido pode ser alavanca para a mudança. Com esse pensamento institui-se o primeiro alicerce das propostas desse artigo, o de realizar na coletividade, *com* o outro, conhecendo a sua realidade e os processos pelos quais os sujeitos chegaram a esse ou aquele ponto em comum. Acreditando nas palavras de Freire(1996), “O sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na História.”

O assistente social, atuando dentro da escola, tem dessa forma uma série de caminhos a trilhar na elaboração de estratégias de intervenção e de proposição de ações junto à comunidade e escola, que viabilizem a participação de ambas no processo de autonomia e mobilização social. Dentro da problemática apresentada uma série de intervenções podem ser realizadas como:

- Abordagem aos jovens e às famílias visando o enfrentamento da situação de não acesso aos direitos sociais, humanos e à própria educação;
- Intervenção e articulação coletiva junto aos movimentos sociais existentes na região, como forma de reconhecimento e de constituição dos sujeitos coletivos frente à condição de exclusão social;
- Atuação investigativa do assistente social, no sentido de apoio e contribuição da compreensão das condições sociais e da apreensão da realidade social que estes se encontram para a adoção de ações que venham ao encontro das necessidades e sejam elaborados de acordo com estas.
- A participação ativa do assistente social nos processos democráticos de construção coletiva da escola, como agente mobilizador da participação das famílias e comunidade e como qualificador da democratização dessas instâncias para a abertura à comunidade e a modificação de um sistema verticalizado para um sistema onde a participação popular seja efetiva.
- A atuação em parceria com os agentes de cunho pedagógico da escola, coordenadores, pedagogos e orientadores, visando a troca de informações, bem como a coletivização da ideias para fomentar o trabalho de todos esses segmentos;
- A criação de trabalhos de estudo intersetoriais dentro do ambiente escolar, visando o compartilhamento das ideias e o engajamento nas propostas construídas pela coletividade, como o Fórum “Palavra Aberta” com a

participação dos jovens e de suas famílias, com a escolha de temas sobre vida, futuro, etc.

- A elaboração de projetos construídos de forma coletiva com a escola, comunidade e os sujeitos envolvidos, com significado e com o objetivo de trazer os alunos egressos para dentro da comunidade escolar por nela visualizarem possibilidades de atuação e espaço de autonomia social e de luta, pela melhoria de suas perspectivas como cidadãos.

CONCLUSÃO

A escola enquanto instituição social é colocada tanto como agente reprodutor das hegemonias presentes na sociedade como de sua caracterização como agente transformador da realidade.

Em seu ambiente existe a diversidade das realidades apresentadas por seus sujeitos, sejam elas de ordem social, cultural política ou geográfica.

É também nela, o espaço propício para que aconteça a capacitação crítica dos sujeitos, para que estes se tornem cidadãos donos de suas histórias e capazes de transformar a sociedade de acordo com as emergências sociais de suas realidades.

O objeto de estudo deste artigo, a Escola Municipal João Gualberto encontra-se em situação crítica em relação a seus alunos egressos, onde os mesmos não veem significado no espaço, depredando-o.

A comunidade escolar conhece as origens da problemática, vivencia-a, mas, em sua maioria, entende que as ações em relação a questão devam ser punitivas e não voltadas para o resgate do convívio sadio com a escola.

O profissional do Serviço Social nesse contexto aponta como o agente mediador entre a comunidade e a escola, fazendo com que a primeira discuta seus anseios e busque meios para que a escola promova o devido enfrentamento às desigualdades sociais. Ele é também o profissional que pode agir como mediador frente ao problema apresentado, trabalhando no sentido de conhecer as realidades da comunidade, trazendo-a para dentro da escola a fim de engajar tanto a comunidade escolar quanto a comunidade envolvente com vias às mudanças sociais almejadas. As condições do Assistente Social fazem dele também um agente

mobilizador da comunidade, para que esta atue de forma coletiva na gestão da escola e estabeleça como prática a participação para a transformação social.

REFERÊNCIAS

ABEPSS DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996.) Rio de Janeiro Novembro de 1996

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Apontamentos sobre a Política de Educação no Brasil hoje e a inserção dos/as assistentes sociais. In: CFESS. Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS, 2011.

CANIVEZ, Patrice. Educar o Cidadão? Campinas, SP. Papirus; 1991.
Chauí, Marilena. Cultura e democracia. São Paulo, Editora Moderna, 1984.

COSTA, Marisa Vorraber. Ensinando a dividir o mundo: as perversas lições de um programa de televisão. Revista Brasileira de Educação. São Paulo. Autores Associados, n.20, maio/ago.2002 , p,71-82.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo, 1996.

_____. Pedagogia do oprimido. 23ª reimpressão. São Paulo, Editora Paz e Terra. 1996.

KEIM, Ernesto Jacob. Educação da Insurreição. Judiaí SP: Paco Editorial. 2011

LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. *5ª Edição. São Paulo: Loyola, 1987.*

MELLO, G. N. Cidadania e competitividade: desafios educacionais de terceiro milênio.10ª ed.-São Paulo Cortez.2005

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro* . 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2003 .

PERUZZO, Cecília M. K. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1998.

Souza, Íris de lima. Serviço social na educação: saberes e competências necessárias no fazer profissional / Íris de lima Souza. Natal, 2008. 249f.
Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação, Elaborado pelo Grupo de Trabalho do Conjunto CFESS-CRESS Serviço Social na Educação, Gestão Tempo de Luta e Resistência (2011-2014)
http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/0/o-que-os-jovens-pensam-da-escola-265028-1.asp